

ADMINISTRANDO O MEIO AMBIENTE COM SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DO IMPACTO DO AGROTURISMO EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE (ES)

6

Magnus Luiz Emmendoerfer¹

RESUMO: Muito se tem falado sobre turismo, sustentabilidade e meio ambiente, mas como administrar esta tríade como uma oportunidade de trabalho e renda efetiva? A curiosidade dos pesquisadores, ainda como leitores, levou-os a despertar interesse pelo assunto e agrupar informações contidas na literatura especializada e, para sua melhor compreensão, decidiu-se pesquisar o caso do Agroturismo no município de Venda Nova do Imigrante-ES. A pesquisa foi do tipo descritiva, fazendo uso de questionários e observações *in loco*. Esses procedimentos metodológicos possibilitaram contextualizar a evolução do agroturismo no município, sendo que a partir da percepção dos empresários, turistas e comunidade local, levantaram-se os impactos

provocados pelo agroturismo naquele município, bem como ações para agregar valor ao seu desenvolvimento sustentável. A participação dos empresários, dos turistas, dos órgãos públicos e da comunidade local foi extremamente significativa para o êxito deste trabalho. A experiência adquirida com o presente estudo de caso serviu para conhecer as práticas administrativas voltadas para a sustentabilidade de um município, tornando o agroturismo mais um espaço de atuação para profissionais das áreas de ciência humanas e sociais como os administradores. Neste sentido, a principal contribuição deste trabalho foi demonstrar que o associativismo foi de fundamental importância para o desenvolvimento e a sustentabilidade do agroturismo no município estudado.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo. Sustentabilidade. Desenvolvimento sustentável. Agroturismo. Meio ambiente.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do turismo envolve tomada de medidas políticas e muitas vezes, alterações no comportamento, nos usos e costumes, nas tradições dos indivíduos da comunidade receptoras. O planejamento participativo seria pré-requisito para a sustentabilidade do turismo e os interesses individuais seriam sobrepostos pelos interesses da coletividade (EMMENDOERFER, 2002).

Deste modo, a administração dos problemas conjuntos tende a favorecer mais a comunidade e menos os poucos empresários. O planejamento turístico pode ser elaborado para

¹ Professor do Departamento de Administração da UFV.

localidades, regiões, países, envolvendo órgãos públicos que necessariamente precisam da colaboração da iniciativa privada e da comunidade, atuando direta ou indiretamente no desenvolvimento da atividade turística. Este desenvolvimento está ocorrendo em muitos municípios, com base econômica no setor primário do Brasil, de modo planejado e estruturado com vistas à implementação e ao desenvolvimento do turismo sustentável. Sendo assim, é de suma importância conhecer os impactos, positivos e/ou negativos, que o turismo sustentável vem apresentando para as comunidades.

Optou-se por pesquisar uma pequena comunidade da região serrana do Espírito Santo (ES) que tem como base de desenvolvimento atividades primárias e nos últimos anos vem desenvolvendo paralelamente às atividades agropastoris atividades ligadas ao turismo rural, também denominado agroturismo. Considerando o contexto apresentado, nesta pesquisa, o tema escolhido foi "os impactos do agroturismo no desenvolvimento de um município", tendo como pergunta de pesquisa o seguinte problema: "Quais os impactos do agroturismo na sustentabilidade do município de Venda Nova do Imigrante - ES".

Com base no problema que motiva a pesquisa, os objetivos específicos são: descrever a evolução do desenvolvimento do agroturismo na sustentabilidade do município sob as perspectivas histórica, ecológica, legal, econômica e turística; conhecer, a partir da percepção dos empresários, da comunidade e dos turistas, os impactos provocados pelo agroturismo no município; e propor ações, a partir da percepção dos empresários, da comunidade e dos turistas, para agregar valor ao desenvolvimento sustentável neste município.

A justificativa desta pesquisa está na crença de uma nova consciência ambiental que surgiu nos últimos anos e vem ganhando dimensões e impregnando-se na cultura e nos princípios do homem moderno. A consciência ecológica vem alterando o conceito de qualidade dos produtos oferecidos aos turistas, que passaram a exigir produtos ecologicamente corretos. Os estudos sobre impacto ambiental tornaram-se uma exigência legal na implementação de empreendimentos, quer seja industrial, comercial ou mesmo em setores de serviços. A proteção ambiental deixou de ser uma função exclusivamente de proteção para tornar-se uma função da administração. A administração estratégica passou a contemplar a proteção ambiental em suas políticas e planos de ação.

Sendo assim, investimentos em Agroturismo no Município de Venda Nova do Imigrante já são um fato consumado (PEGORETTI, 2004). Pequenos ou médios proprietários rurais se organizaram por meio de Associação e implementaram o chamado Agroturismo em suas propriedades. Observa-se crescente demanda para o turismo receptivo. Nota-se também que a crescente demanda de turismo receptivo poderá impactar positiva ou negativamente no desenvolvimento sustentável daquele município. Os impactos poderão ser minimizados mediante um planejamento antecipado e de provisão de recursos. O gerenciamento ecológico, seja público ou privado, deverá considerar uma ética ecológica e a preocupação com o bem-estar da população, especialmente, das gerações futuras. Isso justifica a importância prática desta pesquisa.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracterizou-se, seguindo a abordagem de Yin (2002), por um estudo de caso no município de Venda Nova do Imigrante - ES, envolvendo os empresários, turistas e comunidade local. Tratou-se de turismo sustentável e de seus impactos no município. O estudo de caso foi operacionalizado, segundo Gil (2002), por meio de pesquisa descritiva de caráter tanto qualitativo quanto quantitativo.

A pesquisa foi exploratória, no momento do levantamento de dados documentais na prefeitura e na associação "AGROTUR" do município de Venda Nova do Imigrante - ES. A pesquisa foi também descritiva, para captar as percepções dos empresários, turistas e da comunidade, por meio de questionários e observação assistemática, sobre o turismo sustentável e seus impactos no município em estudo. Para obter os dados primários, foram utilizados questionários semi-estruturados aplicados aos seguintes sujeitos da pesquisa: 21 (vinte e um) empresários do Agroturismo, 14 (quatorze) turistas e a 32 (trinta e duas) pessoas da comunidade de Venda Nova do Imigrante. O critério para escolha dos pesquisados foi do tipo não probabilística, por tipicidade (devido ao fato de os três pesquisados estarem envolvidos com a realidade do objeto em estudo; são eles: empresários, turistas e comunidade local) e por acessibilidade (em função da facilidade de acesso e predisposição das pessoas em participar da pesquisa). Foram elaborados 3 (três) diferentes questionários para cada tipo de sujeito da pesquisa, visando obter as diferentes percepções sobre o turismo sustentável de Venda Nova do Imigrante.

Para obter os dados secundários, o pesquisador foi ao município de Venda Nova do Imigrante, no período de fevereiro a abril de 2004, para pesquisar a evolução histórica do Agroturismo no município, contida em atas de reuniões e em publicações locais. A *Internet* e a literatura específica sobre o tema desta pesquisa permitiram também levantar informações sobre a história do município, dados geográficos e sócio-econômicos. Além disso, a pesquisa baseou-se também na metodologia desenvolvida na construção do sistema de Avaliação Ponderada de Impacto Ambiental de Atividades do Novo Rural (APOIA-NovoRural) elaborada pela EMBRAPA (2004), integrando uma etapa de validação do sistema por meio do Índice do Impacto do Agroturismo para o município.

As técnicas de análise de dados fizeram uso de métodos estatísticos e tabulações (estatística descritiva) para analisar os dados obtidos por meio de perguntas estruturadas nos questionários que tinham como objetivo medir a frequência das opiniões dos pesquisados. Para análise qualitativa foi utilizada a análise de conteúdo para apresentar e discutir as percepções dos empresários, dos turistas e da comunidade local, sobre o turismo sustentável e seus impactos no município de Venda Nova do Imigrante. Durante a análise, os dados foram confrontados com a teoria utilizada sobre o assunto presente nas referências desta pesquisa.

3. ADMINISTRAÇÃO COM SUSTENTABILIDADE: DIMENSÕES E IMPACTOS

Com a pesquisa *in loco* junto à comunidade, empresários do agroturismo e turistas no Município de Venda Nova do Imigrante, tornou-se possível apresentar e analisar os impactos do agroturismo em Venda Nova do Imigrante - ES em relação à sua sustentabilidade.

O município de Venda Nova do Imigrante foi criado pela Lei 4.069 de 06/05/88. Ocupa uma área de 188,9 km², representando 0,41% do território do ES, e possui uma população de 16.165 habitantes (IBGE, 2000). A data de Emancipação Político-Administrativa é comemorada sempre no dia 10 de maio. Limita-se ao Norte com os municípios de Domingos Martins e Afonso Cláudio e ao Sul com Castelo, a Leste com Domingos Martins e a Oeste com Conceição do Castelo. É distante 104 km da capital do Estado (Vitória), sendo cortada pela BR 262, que liga Vitória (ES) a Belo Horizonte (MG) e pela ES 166 (Rod. Pedro Cola) que liga o município a Castelo.

Venda Nova do Imigrante possui características favoráveis ao desenvolvimento do turismo. A região é cercada por várias montanhas e localiza-se em plena Mata Atlântica,

que se encontra praticamente 30% preservada e habitada por animais silvestres. Possui um clima agradável e sua altitude varia entre 700 a 1550 m. A população local, em sua maioria de origem italiana, é bastante receptiva. Além desses aspectos positivos e das belezas naturais, o turismo em Venda Nova do Imigrante conta com o agroturismo e algumas práticas de esportes, como asa delta, parapente, enduros e ralis, que permitem desfrutar as belezas do município. Entre as atividades turísticas existentes no município, destacam-se as festas comunitárias e religiosas, que retratam o espírito festivo e cultural do povo de Venda Nova do Imigrante. A festa mais importante do município, conhecida em nível nacional, é a Festa da Polenta, considerada a maior festa da cultura italiana no Estado do Espírito Santo.

Venda Nova do Imigrante está inserida na rota capixaba e nacional, servindo de modelo para o Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT promovido pela EMBRATUR. Conforme já mencionado, o agroturismo vem se destacando no município com alternativa de renda para as propriedades e tornou-se referência nacional no ramo de agronegócios.

A consciência ecológica empresarial da própria população mudou o conceito de qualidade do produto, que passou a ser produzido de forma ecologicamente correta (DONAIRE, 1999). A preservação ambiental passou a ter grande influência a partir da década de 90. As empresas começam a apresentar soluções para alcançar o desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, aumentar o lucro de seus negócios. Percebe-se que o desenvolvimento e crescimento eram termos usados indistintivamente.

O gerenciamento ecológico, ao contrário, é motivado por uma ética ecológica e por uma preocupação com o bem estar das futuras gerações (DONAIRE, 1999). Seu ponto de partida é uma mudança de valores na cultura empresarial: o eco-administrador precisa estar preparado para o desafio de harmonizar essas preocupações. A recompensa virá na forma de estratégia mais completa, de liderança mais capaz de sensibilizar os diferentes interessados, de credibilidade para o esforço e da profundidade que só se consegue quando a conduta se baseia em princípios, quando o discurso e a prática são iguais (ANDRADE, TACHIZAWA e CARVALHO, 2002, p.8).

É urgente alertar as organizações empresariais e seus gestores quanto à necessidade de rever e reformular diretrizes e planos referentes ao meio ambiente. Decisões empresariais para proteger e preservar o meio ambiente tornam-se rapidamente condição indispensável para concretizar significativas transações comerciais. Administradores passam a ter obrigação de produzir de forma ecologicamente correta. Pressupõe-se assim nesta pesquisa que esta condição se aplique à realidade da gestão de cidades de base econômica primária.

Emmendoerfer (2002), em seu texto "O Turismo Sustentável como oportunidade para os municípios brasileiros com base econômica no setor primário", observa que, quanto mais diversificada for uma localidade turística, maior sua possibilidade de atrair visitantes. Porém é de fundamental importância possuir uma identidade, ou seja, definir o produto âncora (principal atrativo turístico).

Em complementação à colocação anterior, Emmendoerfer (2002) cita que a primeira e mais importante decisão neste processo de desenvolvimento do turismo sustentável precisa partir da população residente no município. A partir deste momento o poder de decisão deve pertencer à comunidade, que por sua vez deve envolver todas as demais pessoas, organizações, instituições e outros que acharem necessários. A atividade turística não pode ser planejada desvinculada do meio em que o ser humano está inserido; deve ser vista como um sistema, em que todas as partes estejam interligadas. Todavia, num planejamento turístico deve-se considerar os aspectos

históricos, geográficos, econômicos, sociais, culturais e ambientais para que o turismo possa ser considerado sustentável para uma localidade.

Estudiosos de várias partes do mundo se reúnem constantemente para discussões em congressos, conferências, com intuito de discutirem formas de tornar práticas de turismo mais sustentáveis e a melhor forma de implementá-las. Em um desses encontros, "*Globe' 90 Conference, Tourism Stream, Action Strategy or Tourism Development*" (MAGALHÃES, 2002, p.88), foram demonstrados resultados a respeito da sustentabilidade do turismo, quando concluíram que:

[...] o desenvolvimento do turismo sustentável pode satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas mantendo, simultaneamente as integridades cultural e ecológica. Pode se benéfico para os anfitriões e para os visitantes enquanto protege e melhora a oportunidade para o futuro. Essas são as boas notícias. Contudo, o desenvolvimento do turismo sustentável envolve a tomada de medidas políticas vigorosas baseadas em trocas complexas aos níveis social, econômico e ambiental (MAGALHÃES, 2002, p.88).

Com base na nova discussão de sustentabilidade, Prats tratado em Santos (2002, p.10) define quatro fatores essenciais para o desenvolvimento da atividade turística com a perspectiva da sustentabilidade: a compatibilidade do turismo com a capacidade de carga do sistema natural, econômico e social, ou seja, a adaptação do processo de desenvolvimento das necessidades do mercado, o que previne os riscos e preserva os recursos naturais, além de favorecer a evolução da estrutura econômica local; a integração do turismo com o desenvolvimento econômico local a partir da renovação de setores tradicionais da economia, o que estimula a criação de novos setores; a inserção do turismo no sistema de planificação estratégica centrada no desenvolvimento local; e a gestão integrada e participativa do desenvolvimento turístico local calcado na ampla e rigorosa participação dos agentes sociais e da população local.

A partir desses quatro fatores, entende-se que o fenômeno do turismo em sua enorme complexidade materializa-se territorialmente através das relações sociais inerentes ao seu processo, atenuando novas feições urbanísticas e novas demandas mercadológicas, o que requer o envolvimento das populações locais no sentido de promover uma inserção não apenas simbólica e caricaturada, mas com o intuito de se pensar a sustentabilidade das atividades como forma de garantir a fixação, o emprego e a geração de renda nos espaços turísticos (SANTOS, 2002, p.10).

Segundo Krippendorf (1989), o conceito do turismo sustentável foi desenvolvido para evitar os riscos que a condução inadequada da atividade pode provocar no meio ambiente. Para este autor, o turismo sustentável é visto como a triangulação harmoniosa entre as destinações (seus habitats e habitantes), os turistas e os prestadores de facilidades para os visitantes. No passado, os prestadores de serviços turísticos dominavam o triângulo. Atualmente, o turismo sustentável procura adequar os interesses de cada um dos parceiros do triângulo, minimizando as tensões e buscando um desenvolvimento a longo prazo, pelo equilíbrio entre o crescimento econômico e as necessidades de conservação do meio ambiente. Para tanto, deve proteger a cultura e as características das comunidades receptoras; as paisagens e os habitats; a economia rural; o crescimento a longo prazo da atividade turística, que estimulará a qualidade da experiência vivencial buscada pelos visitantes; a compreensão, a liderança e a visão a longo prazo entre os empreendedores. Richardson *apud* Almeida e Riedl (2000, p.71) destaca,

dentre os diversos fatores positivos e negativos, que o turismo sustentável poderá acarretar impactos positivos: constituir a chave na revitalização dos recursos naturais, culturais e históricos de uma área rural; promover e estimular a renovação nas localidades envolvidas; estimular a preservação de recursos naturais com valor excepcional; e impactos negativos: diminuir a qualidade de áreas naturais e históricas pelo número excessivo de turistas e de equipamentos específicos; aumentar os ruídos e efluentes líquidos e sólidos.

Segundo Swarbrooke (2000), a maioria dos analistas parece concordar que o aspecto mais importante da política do turismo é a proteção da comunidade local e do seu meio ambiente. Uma das premissas do turismo sustentável é a idéia de que a comunidade local deve participar ativamente no planejamento do turismo e talvez controlar a indústria do turismo local e suas atividades.

Segundo Almeida, Froehlich e Riedl (2001), com o turismo rural, a proteção da originalidade desses meios dependerá do tipo de desenvolvimento proposto para a área, que só será sustentável se for voltado para a valorização do homem do campo, para sua autenticidade e para a estabilidade ecológica do meio natural. Os investimentos deverão manter as paisagens intactas, estimular uma estrutura social sadia nas comunidades. Sendo assim, poderá dizer que está sendo aplicado "Turismo rural e desenvolvimento Sustentável".

Portanto, o turismo rural não representa a solução para os problemas do campo. Trata-se, entretanto, de uma opção de interesse público e empresarial, que pode trazer efeitos econômicos positivos, conseguindo contrabalançar uma eventual desintegração das atividades tradicionais. Porém, para tornar-se um fator de desenvolvimento, deverá ser contemplado em um plano econômico estratégico, em nível local e/ou regional. Esse plano deverá considerar os aspectos relacionados com o desenvolvimento social, econômico, ambiental, físico e administrativo, estimulando a diversificação da base econômica, por meio de atividades complementares.

O lazer é uma nova função que vem se tornando cada vez mais importante no país, manifestando-se em formas variadas de turismo em áreas rurais e que se desenvolve sem nenhuma política pública específica para esse setor. Sem uma política pública dirigida, cabe às prefeituras o papel fundamental no desenvolvimento dessas atividades, seja criando a infra-estrutura necessária para os atrativos naturais, seja no incentivo a que moradores locais possam oferecer maior diversidade de serviços como pousadas, chalés, pesque-pagues, restaurantes (SILVA apud ALMEIDA e RIEDL, 2000, p.252). A grande questão que deve ser estudada é a importância das atividades não agrícolas para o meio rural, mas não somente os empregos e a renda das unidades familiares tomadas de forma isolada e, sim, de forma mais ampla, que considere o desenvolvimento local.

O turismo rural deve ser visto como uma alternativa adicional de geração de ocupações e de rendas não agrícolas em áreas rurais decadentes ou estagnadas. O desenvolvimento rural já não pode estar alicerçado apenas sobre atividades agrárias tradicionais, permanentemente submetidas ao risco, à incerteza e à exaustão dos fatores de produção. A diversificação de atividades se impõe. O turismo rural surge como alternativa mais promissora a curto e médio prazo. Nos aspectos sociológicos e psicológicos, constata-se que a "a busca do campo" ou um "retorno às origens" constituem um legítimo anseio das populações concentradas em grandes centros urbanos. Parcelas significativas da população urbana têm-se conscientizado, de forma crescente, de que só o contato com a natureza e com a vida simples, autêntica e peculiar do campo, viabiliza a recuperação das energias indispensáveis para o enfrentamento das dificuldades características da vida moderna (ALMEIDA, FROEHLICH e RIEDL, 2001, p.8).

Segundo Campanhola e Graziano da Silva, mencionados por Almeida e Riedl (2000, p.32), entre as modalidades de turismo rural mais salientes no meio rural brasileiro, pode-se dizer que o agroturismo seja formado de "atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas". Alguns exemplos são: fazenda hotel, pesque-pague, fazenda de caça, pousada, restaurante típico, vendas diretas do produtor, artesanato, industrialização caseira e atividades de lazer ligadas à vida cotidiana dos moradores do campo.

Almeida e Riedl (2000) enumeram duas características principais referentes ao agroturismo. A primeira refere-se ao potencial econômico gerado pelo turismo rural que não necessariamente exige que a região tenha atrativos naturais extraordinários. No entanto, requer aspectos culturais bem desenvolvidos, o que implica oferecer ao visitante uma arquitetura apreciável, uma gastronomia característica e que a população conserve seus hábitos e costumes, tornando a região rica e atraente como um todo. A segunda característica está relacionada à facilidade de criar postos de emprego devido à diversidade de atividades ligadas ao turismo rural. Muitas dessas atividades tinham outras funções dentro da propriedade agrícola, mas com o turismo rural passam a despertar interesse e são colocadas à disposição para o comércio.

Além disso, segundo Ruschmann visto em Almeida e Riedl (2000, p.34), a atividade turística no meio rural deve ter ainda como objetivo a sustentabilidade, que na opinião da autora implica saber administrar os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, a fim de atender às necessidades econômicas e sociais, preservando a integridade cultural, ecológica e ambiental, para que possam ser desfrutadas pelas gerações futuras. A autora salienta ainda que para a atividade turística ser sustentável depende da preservação do meio ambiente natural, da integração da cultura e dos espaços sociais da comunidade com o turismo, sem causar transformação nos hábitos e tradições características da região. Deve também proporcionar a distribuição equitativa dos benefícios da atividade entre a comunidade e os visitantes, gerando o aumento do nível de bem-estar para ambos.

Sob a ótica da sustentabilidade, com base nas idéias de Almeida e Riedl (2000), o turismo rural familiar organizado e qualificado, que valoriza o meio ambiente e a cultura local, torna-se uma opção para o desenvolvimento rural, contemplando os setores econômicos capazes de criar atividades alternativas, com o objetivo de manter a população nos seus locais de origem. Assim, o turismo rural apresenta a possibilidade de gerar empregos num curto espaço de tempo e a um custo comparado à geração urbana.

O administrador deverá ter a preocupação com a conservação do meio físico e das formas de organização das comunidades receptoras, seus usos, costumes e tradições, assim como sua participação nas fases de planejamento do projeto turístico. Segundo Magalhães (2002), na gestão do turismo sustentável, a análise turística do município deverá considerar: levantamento das características gerais do município; inventário turístico; questionário dirigido à comunidade; e deve-se considerar também a capacidade de carga, o mapeamento turístico ainda na fase do planejamento.

Os impactos do agroturismo no município de Venda Nova do Imigrante (ES) foram demonstrados a partir da consideração das dimensões sócio-econômica, ecológica, histórica, legal e turística, de acordo com a ótica dos empresários, turistas e comunidade local.

DIMENSÃO HISTÓRICA E TURÍSTICA

Ao analisar as origens do turismo em espaço rural, técnicos da Embratur observaram que a prática da hospedagem em áreas rurais surgiu da necessidade de abrigar os viajantes que circulavam por regiões pouco povoadas e de paisagens atraentes, onde não havia estrutura hoteleira, em princípio nos Estados Unidos. Surgiram assim os chamados "*country vacations*" (PORTUGUEZ, 2002, p.81).

Supõe-se que foram os caçadores e pescadores que deram início à prática, pois, devido à dificuldade de se deslocar para suas casas, a alternativa eram pernoites nos ranchos mais próximos ao lazer. Com o tempo, as fazendas passaram a oferecer melhor estrutura de acomodação e lazer, dando origem às primeiras pousadas e hotéis fazenda.

Sabe-se que o turismo em espaço rural começou a se projetar em todo mundo a partir da década de 60, embora alguns exemplos ocorreram anteriormente.

Revendendo nossas raízes históricas, verifica-se que a hospedagem nas fazendas ou propriedades rurais nasceu da necessidade de acomodar quem deslocava por motivos vários: conduzindo tropas de animais, mão-de-obra para colheita das lavouras agrícolas, negociadores e outros. Isto os obrigava a andar com sacos de viagens às costas e a pernoitar em casas de trabalhadores ou coberturas naturais.

A prática turística veio, nesse sentido, como uma forma de estimular a geração de renda em atividades agrícolas, em que os visitantes entrariam por algum tempo no processo produtivo, até mesmo auxiliando na colheita, entre muitas outras atividades típicas do meio agrário.

Segundo Portuguese (2002), a hospedagem dava-se em unidades habitacionais anexas às residências, onde o turista vivenciava experiência bem próxima da "familiar". Tal prática deu origem ao que Desplanques, tratado na obra de Portuguese (2002), chamou de "agricultura do lazer". O modelo expandiu-se na Europa e em vários países do mundo, entre eles o Brasil. No Espírito Santo, foi implementado com diversas adaptações, com base em algumas visitas feitas por políticos e proprietários rurais durante a fase de pré-implementação da proposta piloto do programa do agroturismo. Admite-se que o turismo em espaço rural no Brasil iniciou na cidade de Lages, Santa Catarina, de onde se disseminou por todas as regiões do país. Atualmente muitas propriedades já aderiram ao programa de recepção turística em todo o país (PORTUGUEZ, 2002).

O Governo do Estado do Espírito Santo demonstra grande interesse em implementar programas de fomento ao turismo nas regiões serrana do Espírito Santo e em áreas habitadas por imigrantes alemães e italianos, próximas à capital, Vitória.

Foi nessa perspectiva que, em meados da década de 80, surgiu uma nova região turística, conhecida pelo nome de "Triângulo das Montanhas", formado pelos municípios de Domingos Martins, Santa Leopoldina e Santa Teresa. Foram as belezas paisagísticas das serras que projetaram esses municípios para o cenário turístico capixaba, quando se começou a divulgar o contraste climático existente entre faixa litorânea (de clima tropical megatérmico litorâneo úmido) e a área de ocorrência das serras, clima tropical mesotérmico de altitudes (PORTUGUEZ, 2002, p. 85-86).

Ao perguntar aos turistas se a cultura e tradições estavam sendo bem conservadas no município de Venda Nova do Imigrante, 79 % disseram que sim e 21% disseram que não sabiam. Apenas dois turistas deixaram comentários a respeito: "até demais; mas deveria ter começado mais cedo, agora estão". Vale destacar que os comentários e colocações obtidas com os participantes da pesquisa através das perguntas abertas do questionário foram inseridos conforme a concatenação das idéias para expor os resultados alcançados, estando tais colocações a partir desta seção entre "aspas".

Para 90% dos proprietários, a cultura e tradições estão sendo conservados, 5% consideram que a cultura e tradições não estão sendo conservados e 5% não sabem o nível em que se encontra.

Já para 84% dos representantes da comunidade local a cultura e tradições estão sendo conservados, para 6% não está sendo conservado e 10% não responderam. É interessante que, enquanto os proprietários e turistas pouco contribuíram com opiniões e sugestões para que o município conserve a cultura e tradições, os representantes da comunidade enriqueceram a pesquisa, contribuindo para o futuro do agroturismo em Venda Nova do Imigrante.

Percebeu-se que, para uns, quando se trata de pessoas imigrantes de outras raças, a cultura e as tradições até ultrapassam o desejado e, para outros, falta um trabalho de base, principalmente nas escolas. Teóricos e pesquisadores, como Almeida et al (2001), Emmendoerfer (2002) e Portuguez (2002), defendem que, para o turismo ser sustentável, tem-se que preservar a cultura e tradições locais.

Quanto aos efeitos negativos, os representantes da comunidade citaram, dentre outros: insegurança; exploração errada dos recursos naturais; "sujeira, bandidos que é igual ladrão"; individualismo; aumento da criminalidade; aumento da carga horária das famílias envolvidas; "será negativo, se não houver integração entre órgãos públicos, sociedade, comércio, etc"; perigo de roubo, pessoas estranhas e suspeitas. Os efeitos negativos poderão ser minimizados e até eliminados, utilizando-se do planejamento turístico com responsabilidade social e participação efetiva da comunidade, organizações públicas e privadas, desde a concepção à implementação e posterior acompanhamento das ações e resultados". Percebeu-se que essas colocações se aproximam do que Magalhães (2002) trata sobre as conseqüências de um turismo de massa.

DIMENSÃO ECOLÓGICA E TURÍSTICA

Inicialmente, é importante ressaltar que qualquer ambiente turístico realmente necessita de boa apresentação paisagística, além da fundamental estruturação física e operacional, para que os visitantes tenham o mínimo de comodidade e segurança. No entanto, as oportunidades de recreação criadas pelas propriedades não deveriam fugir do objetivo principal do programa, que é a valorização, por meio do turismo, da vida e dos costumes rurais (PORTUGUEZ, 2002, p.99).

Outra preocupação que deve-se ter é com a arquitetura local, resultante da adaptação de colonos europeus (italianos e pomeranos) à arquitetura local. A harmonia paisagística é indicativo de qualidade ambiental e da qualidade de vida. Para Portuguez (2002, p.100), faltam estudos sérios sobre o impacto ambiental. Algumas das alterações mais importantes que se pode facilmente verificar na paisagem serrana são: o desvio de cursos de rios, alterações na dinâmica de equilíbrio das encostas planificadas, introdução de espécies de outros ambientes, sem estudos prévios de adaptação, entre outras. Tais possibilidades de impactos já chegaram a provocar a interdição de propriedades.

Observou-se também que, das propriedades com área de até 10 hectares, 43% preservam vegetação nativa em até 50% da área total. Percebe-se que, por força da cultura e tradições ou mesmo por força da lei, ainda existem áreas de matas intocáveis em algumas das propriedades pesquisadas. Percebe-se uma relativa proteção da originalidade, procurando manter as paisagens intactas e estimulando uma estrutura social sadia nas comunidades, conforme menciona Almeida et al (2001). Por outro lado, quando perguntou-se aos proprietários se conheciam algum trabalho de

conscientização ambiental no município de Venda Nova do Imigrante, apenas 48% disseram conhecer, mas destes apenas 50% conseguiram lembrar de algum trabalho implantado. Dentre os proprietários pesquisados, 67% disseram já ter implantado trabalhos de conscientização ecológica em suas propriedades, citando que: preservam os pássaros, manuseiam de forma correta os defensivos agrícolas, não desmatam, conservam as plantas e animais, preservam nascentes, praticam produção orgânica, dentre outros depoimentos. Vale destacar a colocação de um dos proprietários: "ainda falta consciência..."; outro proprietário disse: "a família já tem consciência para a preservação". Ressalta-se também que, dos 21 proprietários entrevistados, 24% ainda não desenvolveram nenhum trabalho de conscientização ecológica. Apesar de 61% dos proprietários informarem que fazem trabalhos de conscientização, apenas sete proprietários descreveram ou citaram o que realmente desenvolvem em termos de conscientização.

Ao perguntar aos turistas se conheciam algum trabalho de conscientização ecológica no município de Venda Nova do Imigrante, 50% disseram desconhecer, 21% não sabiam, 21% conheciam trabalhos e 8% não responderam. Mesmo assim, dos 50% que disseram conhecer somente 02 disseram o que conheceram: "preservação do meio ambiente; passeio ciclístico, caminhada".

Os trabalhos de conscientização e conservação dos recursos naturais são muito importantes para 86% dos turistas entrevistados e importantes para 14% dos turistas entrevistados. Já para a comunidade, 91% consideram muito importantes, 3% consideram importantes e 6% não responderam. Isso vai de encontro com o que Portuguesez (2002) afirma quanto à falta de estudos sérios sobre o impacto ambiental.

Percebeu-se que, dentre os proprietários pesquisados, 48% utilizam-se de recursos alternativos para aumentar a produção e/ou controlar as pragas e, destes, apenas 23% constantemente procuram serviços de apoio e assistência técnica com profissionais capacitados para devidas orientações. Outros 38% disseram que algumas vezes procuram orientações. Outros 29% preferiram não responder a esse questionamento, deixando transparecer que poderiam fazer uso de mais recursos alternativos, de acordo com Almeida e Riedl (2000), como a agricultura orgânica e atividades ligadas à preservação ecológica.

DIMENSÃO LEGAL E TURÍSTICA

Em 1987, a *World Commission on the Relatório Brundtland* sugeriu uma estrutura para controle legislativo do desenvolvimento sustentável em geral, que também se aplica ao turismo (SWARBROOKE, 2000, p.5-6). O mesmo autor cita também que, enquanto muitos governos nacionais têm políticas relativas à sustentabilidade e ao turismo sustentável, até agora, poucos deles produziram uma legislação que as tomem realidade. A única legislação relevante que tende a existir é a que controla o desenvolvimento da construção em geral (SWARBROOKE, 2000, p. 6-7). Segundo esse autor, existe pouca legislação - quando existe - que se refira diretamente ao turismo sustentável, como a regulamentação estatutária: do comportamento do turista; das condições de trabalho, dos salários e dos direitos dos empregados da indústria turística; dos impactos sociais e culturais do turismo; do impacto do turismo sobre a natureza; do uso do automóvel particular no turismo.

Alguns governos estão introduzindo leis que definem como ofensa legal aos seus residentes as viagens de turismo feitos com intuito de arranjar parceiros para sexo. Entende-se que controlar turistas não é fácil. Um dos grandes problemas encontrados é que corporações multinacionais, que operam através das fronteiras nacionais, são mais poderosas que alguns governos dos países de menor tamanho.

Com objetivo de minimizar os impactos provocados pela indústria do turismo, algumas variáveis deverão ser observadas pelos administradores de órgãos públicos no planejamento e liberação de projetos turísticos. De acordo com Swarbrooke (2000), dentre os principais: planejamento do uso do solo; controle do desenvolvimento e da construção; estimativa do impacto no meio ambiente; áreas designadas para proteção e desenvolvimento; leis de crimes contra o meio ambiente (Lei 9605/1998).

Segundo Bittencourt (1999), defender o meio ambiente é, hoje, uma questão de prioridade máxima. Ora, preservando-se a "natureza", protege-se a vida! Ar puro, água limpa, alimentos saudáveis, animais vivendo com tranquilidade em seu habitat, ruídos em níveis adequados, tudo isso é mais do que natural.

Martino Júnior apud Bittencourt (1999, p.21), em palestra recente, aponta que a questão ambiental é, hoje, um problema cujas implicações transcendem as fronteiras de qualquer país, constituindo-se em uma efetiva realidade da comunidade internacional.

Tem-se que aplicar as leis na implementação do turismo sustentável e consequentemente na prática do Agroturismo. Swarbrooke (2000) cita que um dos papéis do setor público é o empreendimento de padrões oficiais para a sustentabilidade que permitem aos turistas identificar os produtos mais propícios e sustentáveis do ponto de vista do meio ambiente. Segundo este autor, já há padrões oficiais para gerenciamento do meio ambiente, dentro das organizações nas quais o turismo é aceitável. Por exemplo, há a norma ISO 14001, operada pela *International Standards Organization (ISO)*. Todavia, embora haja rotulagem de produto em relação a alimentos vegetarianos, por exemplo, ainda não existe um rótulo semelhante para produtos de turismo convenientes ou sustentáveis (SWARBROOKE, 2000, p.16).

Com o objetivo de discutir e elaborar padrões de sustentabilidade para a atividade turística no Brasil, o WWF-Brasil e a Fundação SOS Mata Atlântica vêm coordenando, desde outubro de 2000, um grupo de trabalho que debate a proposta de implementação de um programa de certificação em turismo sustentável no Brasil, que seja abrangente, participativo e reconhecido pelo mercado (WWF, 2004). Para viabilizar esta iniciativa está sendo criado um corpo de credenciamento independente, o CBTS - Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável, entidade intersetorial, com ampla representatividade dos diversos atores e segmentos do turismo, apta a delimitar uma estratégia única para a certificação do turismo sustentável no Brasil e para o estabelecimento de padrões de qualidade sócio-ambiental, adequados à nossa realidade. A principal meta da Certificação do Turismo Sustentável é a caracterização e identificação de componentes da atividade turística ou do produto turístico que sejam ambientalmente adequados, economicamente viáveis e socialmente justos.

Em Venda Nova do Imigrante, 93% dos turistas pesquisados desconhecem algum certificado de turismo sustentável. Em contrapartida, 100% se interessam por produtos com alguma certificação de qualidade ambiental e produzidos de forma ecologicamente correta. Os trabalhos de conscientização e preservação dos recursos naturais são muito importante para 86% dos turistas pesquisados.

Por outro lado, apenas 7% dos turistas responderam que conhecem algum certificado ou lei municipal que trata do agroturismo no município de Venda Nova do Imigrante. Para 57% dos turistas entrevistados, certificado ou lei municipal que trata do agroturismo ainda é desconhecida, 7% não responderam e 29% não sabiam se existe ou não.

Percebeu-se que 71% dos turistas disseram conhecer os atrativos turísticos do município. Vinte e um por cento desconhecem e 7% não responderam, levando a considerar que não sabem o que é um atrativo ou que está precisando haver melhor divulgação dos atrativos turísticos do município de Venda Nova do Imigrante. Para 50% dos turistas entrevistados, os atrativos estão bem conservados e 29% consideram que deveriam estar melhor conservados. Vinte e um por cento dos turistas disseram não saber em que nível de conservação se encontram os atrativos. Para 36% dos turistas, a obrigação de conservar os atrativos turísticos é do governo municipal e, para 64%, a obrigação também seria de todos.

Os empresários de agroturismo, em sua maioria, desconhecem qualquer certificado de turismo sustentável. Quando perguntou-se o conhecimento de alguma certificação de turismo sustentável, 67% disseram desconhecer, 19% não responderam e, dos 14% que disseram conhecer algum certificado, nenhum citou algum certificado que atestasse realmente conhecer. Quando perguntou-se aos empresários se conheciam alguma lei que trata do agroturismo ou meio ambiente, apenas 24% disseram conhecer lei federal ou estadual, mas também não explicitaram tal lei. Quanto ao conhecimento de alguma lei municipal, que trata do mesmo assunto, apenas 33% dos proprietários entrevistados disseram conhecer alguma lei, mas novamente não souberam responder qual lei, tampouco a lei municipal 187/94, que regulamenta o SIM - Selo de Inspeção Municipal, foi lembrada pelos proprietários. Vale destacar os depoimentos de dois questionários: "precisa ser definido alguma coisa, se existe precisa por em prática; [...] existem emendas, mas às vezes são falhas, pois agroturismo é algo novo".

Estes números revelam, em concordância com as idéias defendidas por Swarbrooke (2000), a necessidade de maior divulgação das leis e exigências do município para com a comunidade, com os proprietários e com os turistas, a fim de que as pratiquem.

Para 91% dos representantes da comunidade entrevistados, os trabalhos de conscientização ecológica são muito importantes, 3% consideram que são importantes e demais são indiferentes quanto aos trabalhos de conscientização. 86% dos turistas consideram que os trabalhos de conscientização ecológica são muito importantes e 14% consideram importantes.

81% dos representantes da comunidade entrevistados disseram conhecer os atrativos turísticos do município. Trinta e oito por cento consideram que estes atrativos estão bem conservados, 47% disseram que deveriam estar melhor conservados e 9% consideram que estão mal conservados. Para 50% dos representantes da comunidade é dever de todos: governo federal, governo estadual, governo municipal, comunidade, turistas e proprietários, o dever de conservar os atrativos naturais. Outros 29% consideram que é dever somente do governo municipal conservar os atrativos e para 6% é obrigação apenas do governo estadual.

Em recente trabalho, Emmendoerfer (2002) cita que a primeira e mais importante decisão no processo de desenvolvimento do turismo sustentável precisa partir da população residente no município, como foi percebido em Venda Nova do Imigrante - ES. A partir deste momento, o poder de decisão deve pertencer à comunidade, que por sua vez deve envolver todas as demais pessoas, organizações, instituições e outros. Contudo, apesar da boa vontade e comprometimento da população de Venda Nova do Imigrante - ES, percebe-se que a atividade turística não pode ser planejada desvinculada do meio em que o ser humano está inserido, deve ser vista como um sistema, em que todas as partes estejam interligadas. Todavia, num planejamento turístico deve-se considerar as dimensões históricas, ecológicas, sócio-econômicas, legais e turísticas para que o turismo possa ser considerado sustentável.

DIMENSÃO SÓCIO-ECONÔMICA

Nas décadas de 70 e 80, as políticas agrícolas brasileiras de crédito rural foram ao encontro da produção para exportação, relegando a segundo plano a agricultura familiar de subsistência. A principal consequência dessa política foi a exclusão de grande número de agricultores e elevado êxodo rural.

Os recursos de crédito rural foram distribuídos para médios e grandes produtores. O descaso para com os pequenos produtores fez com que abandonassem o campo e partissem em direção às grandes cidades em busca de novas alternativas, ocorrendo agravamento da exclusão social e econômica. A falta de uma política voltada para os pequenos produtores fez com que migrassem para os centros urbanos ou complementassem sua renda fora da propriedade. A busca de uma remuneração complementar fez com que surgissem e crescessem no meio rural as atividades não agrícolas, fenômeno denominado por agricultura em tempo parcial ou pluriatividade (ALMEIDA e RIEDL, 2000, p.249).

Segundo Portuquez (2002), a possibilidade de gerar empregos sempre foi um elemento motivador dos programas de fomento à atividade turística em todo o mundo. Trata-se de um ponto fundamental para o incremento dos discursos dos poderes públicos e privados, que se valem de cifras, às vezes muito elevadas, para impressionar o público e justificar os investimentos que, muitas vezes, poderão levar grandes impactos ao ambiente.

A queda do número de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias e o aumento das pessoas ocupadas com domicílio rural intensificaram-se a partir da segunda metade da década de 80. A redução do trabalho na agricultura obrigou as pessoas a buscarem atividades não agrícolas, tanto as urbanas como as rurais. Essa redução do trabalho na agricultura tem basicamente dois motivos principais: a redução da área cultivada e o avanço tecnológico na mecanização das principais culturas (BASALDI apud ALMEIDA e RIEDL, 2000, p.250).

Para avaliar um outro aspecto importante acerca da promoção de desenvolvimento por meio do turismo, vale ressaltar que esse processo só ocorre quando, paralelamente ao crescimento econômico, dá-se também a melhoria da qualidade de vida das populações receptoras. Mas toda melhoria da qualidade de vida demanda algum investimento, investimento que, sendo da instância federal, estadual ou municipal, depende sobretudo dos impostos recolhidos.

Portuquez (2002), em pesquisa realizada na região serrana do Espírito Santo, constatou que as propriedades pesquisadas não perderam trabalhadores no período de adesão do agroturismo, mas também não conseguiram observar considerável geração de emprego. Justificou que a baixa contratação se deve ao fato do agroturismo utilizar da mão-de-obra familiar no atendimento ao turista e nas atividades da propriedade. Ressaltou ainda que, no setor agrícola da região serrana do Espírito Santo, ainda é muito comum encontrar o chamado "contrato de parceria", também chamado de "trabalho meheiro", em que o dono das terras cede uma parcela da fazenda para os colonos cultivarem produtos diversificados e na colheita os repartem, conforme contrato pré-estabelecido entre as partes.

Observou-se, através da pesquisa com os empresários associados ao AGROTUR, que eles, em sua maioria, ou 62%, empregavam até cinco pessoas. Observa-se também que apenas 10% das propriedades empregavam entre seis e dez pessoas e 10% empregavam mais de 11 pessoas. Alguns proprietários preferiram não explicitar quantidade de funcionários que empregavam anteriormente, tampouco posteriormente a ter se associado ao AGROTUR. 48% das propriedades têm área de até 10 hectares, ou seja, pertencem a pequenos proprietários.

Apesar de 20% dos proprietários não terem revelado o número de funcionários da sua propriedade, percebeu-se um aumento relativo do número, após o trabalho com atividades ligadas ao agroturismo. As propriedades que anteriormente ao agroturismo empregavam de 1 a 6 pessoas passaram a empregar entre 6 e 10 pessoas. Percebe-se a dificuldade de aumentar postos de trabalhos para terceiros, pois em sua maioria as pessoas ligadas às tarefas diárias e atendimento aos turistas são das próprias famílias dos proprietários.

Com a implantação do AGROTUR (1993), percebeu-se um aumento considerável de pessoas envolvidas nas atividades das propriedades, sendo que 19% passaram a envolver seis ou mais pessoas nas atividades e 48% empregam até 5 pessoas. Observou-se também que a quase totalidade dos funcionários, ou seja, 99%, são de Venda Nova do Imigrante.

A própria comunidade, através do preenchimento dos questionários pelos seus representantes, demonstrou que realmente as pessoas envolvidas na atividade são do próprio município. Vários representantes da comunidade pesquisados disseram que o agroturismo aumenta o nível de emprego e o poder aquisitivo das famílias. 94% dos representantes da comunidade disseram que o agroturismo trouxe efeitos positivos para o município. 91% dos entrevistados da comunidade disseram que o agroturismo aumentou a renda do município. Com relação a isso, Portuguese (2002), em pesquisa realizada na região serrana do Espírito Santo, também constatou que as propriedades pesquisadas não perderam trabalhadores no período de adesão do agroturismo, mas também não conseguiu observar considerável geração de emprego. Esse autor justifica que a baixa contratação se deve ao fato do agroturismo utilizar mão-de-obra familiar no atendimento ao turista e nas atividades da propriedade. Ressaltou ainda que, no setor agrícola da região serrana do Espírito Santo, ainda é muito comum encontrar o chamado "contrato de parceria", também chamado de "trabalho meeiro", em que o dono das terras cede uma parcela da fazenda para os colonos cultivarem produtos diversificados e, na colheita, os repartem, conforme contrato pré-estabelecido entre as partes.

Conforme já mencionado anteriormente, 48% das propriedades têm área inferior a 10 hectares e 38% desses proprietários utilizam até 50% desta área para desenvolver atividades agroturísticas. 33% dos entrevistados não responderam qual seria a área utilizada, podendo-se concluir, através de observação in loco, que, desses, a maioria não tem área de terreno utilizada na produção, pois produz em sua própria residência. Seria o caso de artesanatos, doces, biscoitos, etc, que não dependem do cultivo agropastoris.

A comunidade ainda percebe o agroturismo como: agente de desenvolvimento; geração de emprego e renda; benefício para o comércio local, divulgação na imprensa, recursos para as famílias que atuam na atividade; renda extra para o município; desenvolvimento sustentável e melhor qualidade de vida; diversificação de atividades; desenvolvimento em todos os sentidos com o aumento da renda *per capita* da população; acima de tudo, melhor qualidade de vida; um bom desenvolvimento cultural e local; melhor condição de vida para aqueles que oferecem produtos e serviços para os turistas; empregos, lucros e conhecimento geral; maior fluxo comercial e desenvolvimento cultural; progresso econômico, integração dos povos, projeção da imagem do município em outros centros; diversificação de atividades". Estes foram os depoimentos, dentre outros, quando perguntou-se aos representantes da comunidade quais seriam os efeitos que o turismo traz para o seu município.

Os representantes da comunidade, ao serem indagados sobre o que sabiam a respeito do desenvolvimento sustentável, preocuparam-se, alguns, somente com os produtos oferecidos e vendidos ou com os turistas ou com a economia. Outros preferiram não responder. No entanto, faltou-lhes demonstrar a inter-relação entre os pilares da sustentabilidade: a dimensão social, a dimensão econômica e a dimensão ecológica.

4. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para descrever a evolução do desenvolvimento do agroturismo na sustentabilidade do município de Venda Nova do Imigrante (ES), utilizou-se da contextualização, que demonstrou a história do município, destacando a evolução e a importância do agroturismo para aquele município e da pesquisa aplicada aos empresários, aos representantes da comunidade e aos turistas. Para conhecer a percepção dos empresários, da comunidade e dos turistas, sobre os impactos provocados pelo agroturismo no município de Venda Nova do Imigrante (ES), foram também utilizadas literaturas, tabulação e análise da pesquisa. Para agregar valor à sustentabilidade do turismo no município de Venda Nova do Imigrante e contribuir para com atuais e futuros administradores, utilizou-se da interlocução entre a literatura utilizada e aquela observada nas práticas administrativas dos empresários do agroturismo, da administração municipal e da comunidade local.

Neste sentido, a principal contribuição deste trabalho foi demonstrar que o associativismo foi de fundamental importância para o desenvolvimento e a sustentabilidade do agroturismo no Município de Venda Nova do Imigrante-ES, em que, através dele, um grupo de empresários, também chamados "sócios proprietários do AGROTUR", conseguiram oferecer aos turistas vários atrativos turísticos. Além disso, durante a pesquisa, notou-se que alguns negócios não são agroturísticos, mas sim partes integrantes da sustentabilidade do "AGROTUR" no Município de Venda Nova do Imigrante-ES. São eles os empresários que oferecem somente hospedagem, somente produtos artesanais em bordados e pinturas, porém todos associados à AGROTUR com o mesmo objetivo.

Entende-se que o agroturismo é uma modalidade de turismo que tem crescente demanda, satisfaz o turista, ajuda a manter o trabalhador no campo, valoriza o trabalho rural, preserva a cultura e as tradições, além de preservar o meio ambiente. Observou-se que, em várias propriedades visitadas, foi introduzida a atividade turística sem deixar a produção rotineira, complementando assim a renda da propriedade através da diversificação planejada.

Dentre as limitações da pesquisa, destacou-se a abrangência do método de estudo de caso para se fazer uma generalização científica. Entretanto, as generalizações de conclusões vindas de dados qualitativos levantados em um único contexto são de responsabilidade dos pesquisadores futuros, uma vez que, seguindo as palavras de Yin (2001, p.29), os estudos de caso "... são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou frequências". Outra limitação foi relacionada ao espaço-tempo destinado à pesquisa, em que a distância de Belo Horizonte - MG, residência do pesquisador, a Venda Nova do Imigrante - ES (aproximadamente 450 km), assim como a restrita carga horária de trabalho que o pesquisador possuía para se dedicar ao desenvolvimento da pesquisa, devido ao trabalho profissional que o mesmo desempenha em uma instituição privada, foram desfavoráveis.

Recomenda-se que a iniciativa privada, os órgãos públicos, as ONGs e a comunidade em geral tenham em mente a necessidade de estudos de impacto ambiental e desenvolvam projetos consistentes, respeitando as especialidades e particularidades de cada localidade, para que o turismo sustentável não se torne turismo de massa, comprometendo as próximas gerações, tanto do município de Venda Nova do Imigrante (ES), quanto das demais localidades do planeta. Sabe-se que os recursos naturais, além de escassos, já se encontram bastante prejudicados pelo modo de produção e exploração neste mundo capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGROTUR - Centro Regional de Desenvolvimento do Agroturismo. **Estatuto**. 10f. Venda Nova do Imigrante (ES): AGROTUR, 1993.

ALMEIDA, J. A., RIEDL, M. (org.). **Turismo Rural**. São Paulo: Edusc, 2000.

ALMEIDA, J. A.; FROELICH, J. M.; RIEDL, M. (org.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. São Paulo. Papirus: 2001.

ANDRADE, R. O. B.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. **Gestão Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

BITTENCOURT, S. **Comentários à Nova Lei de Crimes Contra o Meio Ambiente e suas Sanções Administrativas**. Rio de Janeiro: Temas e Idéias, 1999.

DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na Empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

EMBRAPA. A sustentabilidade do agroturismo em Venda Nova do Imigrante. In: **Encontro sobre gestão ambiental do agroturismo**. Venda Nova do Imigrante (ES): EMBRAPA, 2004. Relatório de pesquisa. 21p.

EMMENDOERFER, M. L. O turismo sustentável como oportunidade para os municípios brasileiros com base econômica no setor primário. In: **Prêmio SESC-SENAC de Turismo Sustentável**. Rio de Janeiro, 2002.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989.

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes Para o Turismo Sustentável em Municípios**. São Paulo: Rocca. 2002.

PEGORETTI, A. Venda Nova sai na frente. **A Tribuna**, Vitória (ES), 14 mar. 2004, p-12.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento Regional**. 2.ed. São Paulo: Hucitec. 2002.

SANTOS, C.A.J. Turismo sob ótica da sustentabilidade. In: **Prêmio SESC-SENAC de Turismo Sustentável**, Rio de Janeiro, 2002.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável**. 2. ed. São Paulo: Aleph. 2000.

WWF. **O que é a certificação em turismo**. Disponível em: <<http://www.wwf.com.br>>. Acesso em maio de 2004.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e método**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.